



1 **Ata da Assembleia Geral Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos**  
2 **da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Santos**, realizada no dia 04 de  
3 abril de 2024, com início às 8 horas e 58 minutos, na Praça Mauá s/nº – Paço  
4 Municipal – 5º andar – Centro – Santos/SP. Participantes: verificação de  
5 presenças e justificativas de ausências conforme listas anexas. O Presidente  
6 Sr. Filipe deu início a reunião, dando boas-vindas aos presentes e coloca em  
7 pauta os itens a serem discutidos, conforme publicação em Diário Oficial. **1)**  
8 **Apreciação e Deliberação da ata da Assembleia anterior; 2) Relatos da**  
9 **Diretoria Executiva; 3) Relatos das Câmaras Setoriais; 4) Apresentação**  
10 **e aprovação de Resolução Normativa de Instrumental de Fiscalização**  
11 **do CMDCA; 5) Apresentação: Dados Epidemiológicos de Violência**  
12 **Sexual de Crianças e Adolescentes; 6) Relatos das Comissões e**  
13 **Conselhos; 7) Assuntos Gerais. Item 1 – Apreciação e deliberação da ata**  
14 **da Assembleia anterior.** Submetida a plenária a ata da AGO de março de  
15 2024, solicitado apenas a alteração da Tabela do Plano de Aplicação do  
16 FMDCA para 2024, aprovada por unanimidade. **Item 2 – Relatos da**  
17 **Diretoria Executiva.** O Presidente Sr. Filipe inicia sua fala sobre o curso do  
18 SENAC, informando aos Conselheiros acerca da abertura das inscrições  
19 através do recebimento do link de inscrição por e-mail e pelo grupo de  
20 WhatsApp do CMDCA. Lembra que são 70 vagas disponíveis, sendo 35  
21 vagas por turma (manhã e tarde), oferecidas inicialmente aos Conselheiros  
22 Tutelares e aos Conselheiros de Direito do CMDCA. Havendo remanescente  
23 de vagas, tais vagas serão ofertadas às entidades com inscrição ativa neste  
24 Conselho. Em continuidade aos relatos, o Sr. Presidente informa a Plenária  
25 sobre as devolutivas de reunião realizada com a SEDUC, CMDCA e os  
26 Conselheiros Tutelares, tendo em vista os assuntos trazidos na última  
27 Assembleia relativo às matrículas nas escolas, ausência de vagas e  
28 “embaralhamento” de vagas por território. A mudança ofertada pelo Estado  
29 através do sistema SED trouxe mudanças ao Município, uma vez que  
30 apresentou grandes incidências de problemas relacionados as vagas. A  
31 Secretária de Educação já solicitou para que Santos não fizesse mais parte  
32 da Secretaria Digital e não utilizasse mais esse sistema SED. No que  
33 concerne as ausências de vagas, SEDUC prestou os esclarecimentos acerca  
34 da UME Pedro Crescenti, informando da possibilidade de aumento de salas,  
35 bem como de aumento de alunos por sala de aula, não existindo neste caso  
36 as ausências de vagas. Na sequência dos relatos, o Presidente trouxe a  
37 devolutiva da reunião com o Dr. Evandro, juiz da Infância sobre o PAIVAS,  
38 tendo em vista as questões que temos enfrentado com o não atendimento das  
39 vítimas, o déficit de funcionário, bem como toda a situação vivenciada pelo

40 PAIVAS. Dr. Evandro precisou se colocar de maneira imparcial,  
41 considerando a possibilidade de mandado de segurança ou qualquer outra  
42 demanda judicial para que ele venha a julgar sobre a temática, o que o  
43 impossibilitaria se o mesmo fizesse um juízo de valor prévio. Importante  
44 ressaltar a troca do Secretário de Saúde do Município, no qual o novo  
45 Secretário contatou o Presidente se colocando à disposição para conversar  
46 sobre o PAIVAS, onde será realizada uma reunião para tratar desta temática.  
47 A Conselheira Tutelar Tais informa que o Colegiado fez uma representação  
48 em conjunto com o CMDCA e pontuaram algumas opções nesta  
49 representação, como atendimento particular das 44 crianças/adolescentes da  
50 lista de espera; que fosse realizada a contratação emergencial para repor a  
51 equipe do PAIVAS, bem como disponibilizado um novo espaço para  
52 atendimento do PAIVAS em outro equipamento da SMS tendo em vista as  
53 condições do atual local, enquanto a SMS planejasse e já apresentasse uma  
54 proposta definitiva de mudança de espaço. A Promotora recebeu esse  
55 documento durante reunião com o Colegiado, e foi informada da existência  
56 da RN deste Conselho que dispõe sobre o fluxo de atendimento do PAIVAS.  
57 A Conselheira diz que o Colegiado está na expectativa de que em questão de  
58 dias haja um posicionamento do MP acerca do assunto. Dando continuidade  
59 aos relatos, Presidente Sr. Filipe traz devolutivas acerca da reunião realizada  
60 entre SEDS e Conselho Tutelar sobre abordagem de rua, pontuando a opinião  
61 do Conselho bem como da importância da conscientização da população.  
62 Outro assunto trazido a plenária foi em relação a RN 243/2013-CMDCA,  
63 que discorre sobre a questão do transporte das crianças e dos responsáveis  
64 para ir à escola quando a vaga é ofertada longe de sua residência. A RN diz  
65 que o Município deve fornecer até 6 vales a cada criança, sendo eles: 1 vale  
66 para o adulto acompanhar a criança até a escola e 1 para a criança maior de  
67 6 anos; 1 vale para o adulto voltar para casa; 1 vale para o adulto buscar a  
68 criança na escola e os outros 2 para o retorno de ambos para casa.  
69 Encaminhamento: Enviar RN à SEDUC com manifesto deste Conselho,  
70 porque a SEDUC informa que isso é mera orientação, porém isso já é matéria  
71 de RN do CMDCA. Fazer com que chegue também ao Executivo e à Câmara  
72 Municipal para que se torne lei. Será realizada cobrança para que a SEDUC  
73 adote isso de imediato e se não ocorrer, será encaminhado ao MP. Para finalizar  
74 os relatos da Diretoria Executiva, Vice-Presidente Cláudia discorre sobre a  
75 inauguração da nova sede da Família Acolhedora e do Apadrinhamento  
76 Afetivo, porém se mostrou indignada pelo fato de, nas divulgações destes  
77 informes nas redes sociais, em nenhum momento é citado o financiamento  
78 do serviço pelo CMDCA. Isso causa uma tristeza, uma vez que o Conselho



79 foi mais uma vez retirado da história da Política Pública desta cidade. Há  
80 mais de 20 anos que este Conselho custeia o pagamento deste serviço e em  
81 nenhum momento foi divulgado que é repasse do Fundo Municipal. O  
82 patrocínio é do FMDCA, é preciso transparência de onde é utilizado o  
83 recurso do Fundo nos projetos da sociedade civil, o mesmo deve acontecer  
84 nos serviços públicos, tendo em vista a origem da destinação. Necessário  
85 criar um mecanismo de controle de publicizar que o dinheiro é proveniente  
86 do FMDCA, sejam para as OCS ou Poder Público. Conselheira Daniella  
87 Rufino diz que é pertinente a fala bem como que é necessário dar visibilidade  
88 ao Conselho. Pede desculpas publicamente e informa que foi relatado tanto  
89 a Secretária quanto ao Prefeito do financiamento proveniente do CMDCA.

90 **Item 3 – Relatos das Câmaras Setoriais. Câmara de Planejamento:** O  
91 Coordenador Marcelo Roman inicia a fala relatando sobre a realização da  
92 AGE que ocorreu em março no qual saiu aprovado o Edital, e questiona  
93 como está o trâmite do andamento do processo. Presidente informa que o  
94 processo está na PROJUR para análise jurídica. Outro assunto trazido é  
95 acerca da contratação do SEBRAP para o diagnóstico, o qual teve aprovada  
96 a contratação no ano de 2023. Leticia trouxe a devolutiva da reunião que  
97 ocorreu para tratativas e finalização da contratação. Presidente relata a  
98 dificuldade que o governo tem tido nos processos de contratação levando em  
99 conta a nova lei de licitações, que é morosa e dificulta o trâmite. Vice-  
100 Presidente Cláudia aproveita o momento para que a Câmara de Planejamento  
101 foque na Resolução Normativa da FICAI, bem como no fluxo,  
102 acompanhamento e disparo da Ficha na busca ativa dos alunos infrequentes.  
103 Se for identificado a necessidade de alguma alteração, que seja encaminhado  
104 à Câmara de Legislação para alterações. **Câmara Financeira:** Coordenador  
105 Cláudio ressalta a importância da Destinação Criança para as pessoas  
106 jurídicas, e retrata que nenhuma empresa do setor privado aportará enquanto  
107 não houver transparência da utilização do dinheiro. Por isso que é importante  
108 o aprimoramento da comunicação. Importante padronização da forma de  
109 comunicação e divulgação dos projetos financiados com recursos do  
110 FMDCA, inclusive isto deveria constar no texto do Termo de Fomento. Em  
111 seguida, Cláudio relata que o saldo bancário do FMDCA em 29/02/2024 é  
112 de R\$ 5.703.272,57 e que aconteceram os pagamentos dos projetos em  
113 andamento. Neste sentido, o Coordenador salienta a importância da  
114 prestação de contas, porque prestação de contas atrasadas e documentos  
115 inadequados prejudicam e atrasam os aportes. Em relação ao Plano de  
116 Aplicação de Recursos do FMDCA para 2024, já aprovado na AGO de  
117 março, solicitou a publicação na página do Instagram do Conselho para



118 divulgação. Por fim, frisou a necessidade de encaminhamento dos projetos  
119 no modelo a ser seguido, facilitando também o trabalho da Câmara de  
120 Planejamento, com cronograma de execuções previamente definidos e  
121 elencados. **Câmara de Relações Públicas:** Coordenadora Denise questiona  
122 a obtenção de data para realização do evento Destinação Criança. Presidente  
123 informa que estamos tendo dificuldade para datas no mês de maio nos teatros  
124 municipais. **Câmara de Legislação:** Coordenador Gustavo utiliza seu  
125 momento de fala para apresentar a Resolução Normativa acerca da  
126 Fiscalização do CMDCA. **Item 4 – Apresentação e aprovação de**  
127 **Resolução Normativa de Instrumental de Fiscalização do CMDCA.**  
128 Gustavo, coordenador da Câmara de Legislação, informa que a  
129 instrumentalização foi prioridade da Câmara de Legislação após a última  
130 Assembleia, com o intuito de regulamentar a forma como a fiscalização será  
131 feita perante as entidades inscritas no Conselho. O intuito trabalhado neste  
132 instrumento pela Câmara não é somente fiscalizar as atividades relacionadas  
133 a criança e ao adolescente, pois isto sempre foi feito pelo CMDCA, e sim  
134 verificar também se a entidade está regular, se a documentação está em dia,  
135 bem como saber se a entidade está ativa. O coordenador contextualizou o  
136 trabalho realizado pelos membros da Câmara, apresentando o documento  
137 confeccionado à Plenária para apontamentos, contribuições e posterior  
138 aprovação. Inclusão: quando do recebimento da denúncia, encaminhar ao CT  
139 para que possa fazer o acompanhamento do caso. Encaminhamentos:  
140 submetida a plenária a Resolução Normativa apresentada para aprovação,  
141 criação da Comissão de Fiscalização, bem como posterior criação da Câmara  
142 de Fiscalização com alteração na Lei. Colocado em votação pela Plenária,  
143 aprovada o deliberado por unanimidade. **Item 5 – Apresentação: Dados**  
144 **Epidemiológicos de Violência Sexual de Crianças e Adolescentes.**  
145 Iniciando a fala, Sr. <sup>a</sup> Ana Rosa da Vigilância Epidemiológica – SEVIEP faz  
146 um breve relato conceitual, apresenta a ficha de notificação utilizada pela  
147 rede e posteriormente apresenta os dados relativos ao perfil epidemiológico  
148 de violências sexuais. Por fim, apresenta os gráficos relativos aos dados da  
149 série histórica de Santos de 2018 a 2023. Ao final da apresentação, a  
150 Conselheira Tutelar Tais fala sobre a importância do sistema de proteção e  
151 das violências institucionais observadas, tais como o Implanon e sobre os  
152 dados apresentados. O ECA prevê que havendo a suspeita, é obrigatório  
153 comunicar o Conselho Tutelar e esses casos não estão chegando a  
154 conhecimento do Conselho. Encaminhamento: pontuar os levantamentos  
155 trazidos pelo CT na reunião com a Secretaria de Saúde, bem como levar os  
156 dados da SEVIEP. Foi proposto também que seja realizada uma ação de

157 ponta, onde seja criada uma estratégia eficaz para estreitamento de laços.  
158 **Item 6 – Relatos das Comissões e Conselhos:** CEVISS, segue relato da Ana  
159 Rosa, Secretária da Comissão: 1. O PAIVAS informou que a lista de espera  
160 para atendimento é de 47 pessoas e que quase 90% dos casos são de crianças  
161 e adolescentes. No que diz respeito ao RH, reitera que alguns profissionais  
162 já estão em processo de nomeação e em breve estarão atendendo na unidade.  
163 Quanto a mudança de local, continua sem previsão, uma vez que o local  
164 escolhido necessita de reformas e aprovação do aluguel; 2. Em organização  
165 das atividades do Maio Laranja, articulando parceria com a COJUV  
166 (SEMULHER), SEDS, SEMES, GCM e SMS para ampliar as atividades em  
167 alusão ao tema, incluindo atividades ao longo do mês e em diversos  
168 territórios da Cidade; 3. Sobre a DDM, ainda aguardando devolutiva das  
169 datas para agendamento de reunião; por fim, informa que estão em fase de  
170 fechamento das palestras com as entidades para as atividades alusivas à 15  
171 de maio, bem como convida as demais entidades que tiverem interesse para  
172 as palestras ou ação de prevenção a violência sexual no mês de maio. CM-  
173 PETI – Tais informou que a Comissão se reuniu em 27 de março, tiveram a  
174 apresentação sobre a pesquisa acerca das piores formas de trabalho infantil,  
175 funcionando com um grupo intersetorial e que este grupo trabalhe inclusive  
176 dentro do CM-PETI. Outra temática apresentada foram os relatos do GT da  
177 sócio aprendizagem no qual foi discutida acerca da minuta de decreto que  
178 regulamenta a Lei do Selo da empresa amiga do Jovem Aprendiz. Por fim,  
179 deliberaram acerca de 2 projetos que irão solicitar recursos do FMDCA, no  
180 qual será encaminhado os projetos para análise da Diretoria Executiva, sendo  
181 eles o projeto cumprindo a cota da aprendizagem e o projeto da AGO  
182 itinerante no mês de julho a ser realizado no Piratininga. CONSELHO  
183 TUTELAR – Pelo Conselho Tutelar da Zona Central, a Conselheira Luana  
184 de Maria traz a devolutiva do Albergue Noturno relatando que até o presente  
185 momento o Conselho Tutelar não teve devolutiva da SEDS, mas em reunião  
186 com a Promotora foi informado que a mesma não fiscaliza acolhimentos  
187 familiares, sendo assim, a denúncia foi encaminhada a Promotoria de  
188 Direitos Humanos. A Conselheira finaliza sua fala mostrando sua indignação  
189 com o lançamento do E-Book, já que não houve a presença de ninguém,  
190 nenhum Conselheiro de Direito. Só esteve presente no lançamento aqueles  
191 que participaram da confecção do material. Entende como um desprestígio e  
192 desrespeito por conta de todo o trabalho realizado. Pelo Conselho Tutelar da  
193 Zona Leste, a Conselheira Tais traz como relatos alguns pontos, sendo eles:  
194 1. atendimentos no 30 de julho (convênio): solicita realização de visita a  
195 entidade com a presença do CMDCA, tendo em vista as denúncias

196 recorrentes recebidas no que diz respeito ao atendimento do local. O cerne  
197 da questão é a ausência de atendimento por conta da lista de espera que existe  
198 do CER; 2. Retorno da aproximação do Conselho Tutelar com a Secretaria  
199 de Desenvolvimento Social através das Coordenadorias com cronograma  
200 mensal de reuniões. Importante fazer esse estreitamento também dos  
201 Conselheiros com a Secretaria de Saúde; 3. Apresentação de 6 meses em  
202 julho dos CT's precisa de uma padronização. **Item 7 – Assuntos Gerais.**  
203 Conselheiro Daniel Gomes fez a leitura de uma moção de apoio a ser  
204 aprovada pelo CMDCA que diz respeito ao segmento da categoria dos  
205 servidores públicos dos operadores sociais. Existiram diversas lutas de  
206 gratificações e reclassificações no período de 2023/2024, mas essa categoria  
207 não foi contemplada, ou seja, não foram reclassificados. Tais servidores  
208 possuem uma função fundamental no sistema de garantia de direitos de  
209 criança e de adolescente. Submetida a moção em votação a plenária,  
210 aprovada por unanimidade. Posteriormente, Sandra traz um convite da Gota  
211 de Leite para o 1º Encontro do dia de doar 2024 a ser realizado em 15 de  
212 abril, acompanhar pelas redes sociais da entidade. Por fim, Conselheira  
213 Denise informa a possibilidade de alteração do Evento Destinação Criança  
214 para o mês de novembro, tendo em vista a dificuldade de local para  
215 realização do evento em maio. Presidente solicita levar este assunto para a  
216 próxima reunião da Diretoria Executiva para deliberação. Sem mais nada a  
217 tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião às 12 horas e 51  
218 minutos e eu, Fernanda dos Santos Pereira, Primeira Secretária, lavro a  
219 presente ata que vai assinada por mim e pelo Senhor Presidente. Santos, 04  
220 de abril de 2024.

221

222 **Filipe Augusto Rezende**

**Fernanda dos Santos Pereira**

223 **Presidente**

**1ª Secretária**